



O desenho do campo educacional brasileiro: relações de afinidade, mobilização dos agentes e circulação de referências nas revistas especializadas

JAIME FRANCISCO PARREIRA CORDEIRO*

Embora seja possível reconhecer, hoje, a existência de um campo educacional brasileiro consolidado, com relativa autonomia e em processo de incremento da produção acadêmica e de discussão e reorientação dos programas de pós-graduação, dos grandes projetos de investigação, bem como de expansão das verbas para a pesquisa, ainda pouco se conhece, de maneira mais sistemática sobre a estrutura e a composição desse campo. Quem são os agentes que se mobilizam nas disputas em torno da legitimidade científica e das decisões de caráter prático em relação às questões educacionais? Quais as relações entre eles?

Pode-se dizer que somente a partir da criação e consolidação dos programas de pós-graduação na área educacional, iniciada no final dos anos 1970, se pode afirmar a existência estruturada e organizada de um real campo, com um conjunto de intelectuais dedicados à produção e ao debate das questões dessa área. A afirmação mais plena desse campo só se expressa mais claramente desde os anos 1990.

O estudo aqui realizado acompanha esse processo de afirmação do campo mediante o exame da produção veiculada nas revistas especializadas em educação. As revistas pedagógicas são um instrumento privilegiado para se entender os mecanismos de difusão e negociação de uma razão educativa especializada, sendo que elas exercem um papel gerador e regulador de um conhecimento especializado e do próprio campo científico por meio das relações de filiação, preferência e afinidade que os seus artigos e conteúdos estabelecem com saberes, autores, países, organizações (Schriewer e Keiner, 1992). Sendo os principais veículos da produção científico-acadêmica, as revistas permitem, ao mesmo tempo, dar visibilidade aos movimentos descritos pelos intelectuais como agentes do campo educacional, nas disputas em torno da legitimidade científica e das decisões de caráter prático em relação às questões educacionais.

Nesse sentido, estudar a produção veiculada nessas revistas permite verificar quais as relações entre esses agentes. Ao mesmo tempo, descrever e entender como se vêm configurando os alinhamentos entre eles, que se expressam de modo explícito por meio de preferências teóricas e escolha de autores e modelos de referência, mas que resultam de um conjunto de relações pessoais, decisões estratégicas e afinidades de outra ordem. E que revelam a mobilização dos diferentes *habitus* na disputa dos capitais específicos do campo e

* Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Obs: esta é apenas a versão preliminar do texto para avaliação dos coordenadores do Simpósio Temático. Pretendo enviar futuramente a versão definitiva.

as diversas formas de reconversão de capitais adquiridos em outros setores da produção social e acadêmica.

Este trabalho examina três momentos distintos da constituição do campo educacional brasileiro por meio do estudo de algumas das principais revistas especializadas da área, desde as décadas de 1920-1930, passando pela década de 1980 chegando à década de 2000.

Décadas de 1920-1930

O primeiro momento histórico aqui estudado foi examinado mediante o estudo da revista *Educação*, no período entre 1927 e 1934. Trata-se de um momento em que o campo educacional brasileiro ainda não estava configurado como tal, podendo-se falar de uma estrutura ainda embrionária desse campo. Como parte do campo intelectual, o setor ligado às pesquisas e aos temas da educação demorou a se estruturar entre nós. Sérgio Miceli (2001) mostra a emergência dos primeiros intelectuais especializados em educação nos anos 1920, sendo que antes esse setor era ocupado por agentes provenientes de diversos lugares da atividade intelectual e política: médicos, engenheiros, sanitaristas, intelectuais generalistas, políticos em geral e também alguns professores e diretores de escola, formados na Escola Normal. Nesse estudo, compara-se o perfil e a atuação pública de dois desses intelectuais, classificados entre os primeiros educadores profissionais. Trata-se, no caso, de Anísio Teixeira, originário de uma família da elite econômica e política da Bahia, e de Lourenço Filho, proveniente de uma família da classe média do interior de São Paulo. Miceli mostra que esses dois intelectuais conseguem explorar todas as oportunidades oferecidas naquele momento para os educadores, na medida em que a educação passa a ser parte importante das políticas públicas do Estado brasileiro, em particular depois de 1930, o que exigiu o recrutamento desses profissionais e lhes ofereceu possibilidades de desenvolver carreiras públicas.

Nesse momento ainda embrionário do campo, os intelectuais da educação começavam a se organizar em torno de diversas iniciativas, das quais ressaltou a criação e organização da Associação Brasileira de Educação. Marta Carvalho (1989) demonstra como se deram as disputas no âmbito dessa importante associação e como, aos poucos, a educação foi sendo abandonada como tema essencial de atenção e intervenção dos agentes políticos, dos médicos, sanitaristas, engenheiros e demais profissionais interessados e mobilizados em torno das iniciativas de expansão e de generalização da escola como estratégia de salvação nacional. Com a opção daqueles grupos pela ação política mais direta, por meio da organização de partidos de combate ao que se denominavam oligarquia e de intervenção direta nas eleições e na busca do poder, a área educacional e os seus temas foram sendo deixados a cargo apenas dos especialistas na questão.

A ação do Estado nacional, bem como de alguns governos estaduais, naquele período, no sentido da construção de um sistema escolar estruturado, incluiu o desenvolvimento de variadas iniciativas políticas e científicas. Uma delas envolveu a publicação de revistas especializadas como veículos de divulgação das novas ideias que propunham a completa renovação das práticas e políticas educativas, inspiradas pelo movimento internacional que se denominou Educação Nova.

A revista *Educação* começou a ser publicada em 1927, como resultado da fusão da *Revista Escolar* (Catani, 1989). Percebe-se que a nova revista não surgia como iniciativa inédita, sendo necessário situá-la numa tradição anterior de publicações similares, composta por um conjunto de revistas pedagógicas – para não se pensar no campo mais amplo da produção editorial paulista, que se vinha estruturando desde finais do século XIX (cf. Catani, 1998).

Há que se levar em conta o caráter oficial da revista paulista, editada pela Diretoria da Instrução Pública. Essa circunstância permite entender o peso assumido na revista pelas temáticas ligadas às políticas e ideologias educativas e ao “sistema escolar”. Não se pode perder de vista que o periódico era parte das estratégias do governo paulista para a construção de um sistema escolar no Estado que fosse modelar, inclusive, para todo o país. A revista cumpriria, aí, o papel de produção de consenso e de legitimação de ações e discursos. Lourenço Filho esteve vinculado à revista em diversos momentos, particularmente nas duas primeiras fases. A 2ª fase da publicação (1930-1931) coincide com o período em que ele ocupou a Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo e em que passou a imprimir à revista um cunho de divulgação e propagação das ideias e dos autores do movimento da Educação Nova, inclusive com a tradução de artigos publicados em outros países, em particular estudos da área a psicologia da educação. Isso se combina com a sua atuação à frente da Biblioteca de Educação da Companhia Melhoramentos, por ele dirigida desde 1926. Nessa coleção foram publicados importantes obras de Claparède, Piéron, Binet-Simon e diversos outros autores que eram importantes referências daquele movimento educativo internacional.

Por meio do estudo e catalogação dos artigos publicados na revista *Educação* entre 1927 e 1934, foi possível mapear o conjunto de referências a países, autores, livros e outros tipos de textos, bem como a organizações nacionais ou internacionais. Tomando-se o *ranking* dos países e das organizações mais vezes invocados, os Estados Unidos aparecem como fonte importante, para os autores da revista (1/4 do total das referências), preocupados com a discussão de alternativas de mudança para a situação escolar brasileira e paulista. É também importante assinalar que das referências ao Brasil, 1/3 do total diz respeito ao Estado de São Paulo, local de publicação da revista e Estado que se pretendia como vanguarda econômica,

cultural e educacional do país. Desde a instauração da República, São Paulo procura se afirmar como lugar do progresso e, em relação ao seu sistema escolar, procura estruturá-lo como modelo para todo o país. No entanto, percebe-se, no caso brasileiro, que as dinâmicas entre o global e o local são bastante complexas, já que o plano local também é múltiplo, marcado por particularidades que não coincidem com o espaço do estado-nação (cf. Popkewitz, 2000). Nesse mesmo sentido, outros agrupamentos podem ser promovidos, o que apontaria outros caminhos de circulação dos saberes, dos modelos pedagógicos e das redes de referências intelectuais no campo educativo. Uma dessas formas seria considerar o chamado “mundo hispânico”, ou ainda, “mundo ibero-americano”. Desse modo, ao se computarem as referências a países, esse “mundo ibero-americano” totaliza 13,4% do total de referências, ficando à frente da França e atrás apenas dos Estados Unidos. Esses diversos recortes, possibilitados pelo rearranjo das informações obtidas, permitem encontrar novos espaços de relações: de um lado, confirma-se a importância, para os educadores brasileiros, do modelo escolar vigente nos países centrais (Estados Unidos, França, Alemanha) e nas chamadas “potências pedagógicas” (Suíça e Bélgica); de outro lado, estabelece-se, apesar da dispersão das referências, a possibilidade de pensar num espaço ao mesmo tempo mais amplo e mais fluido, composto por Espanha, Portugal e diversos países da América Latina, também propostos como parâmetros para os educadores da época. Desenha-se, dessa maneira, um quadro das filiações da revista *Educação* que é mais complexo do que pareceria à primeira vista.

Se no caso das referências a países percebe-se grande dispersão, o que poderia configurar a multiplicidade de realidades locais que chegam a ser examinadas ou pelo menos cogitadas nos artigos, constata-se maior concentração no que diz respeito aos autores mobilizados como referências, configurando um quadro mais ou menos fechado dos parâmetros teóricos a compor os modelos ideais/globais. Em relação ao total de autores invocados na revista *Educação*, percebe-se grande dispersão: no período estudado (1927-1934), são citados 775 autores, com 1858 referências distintas. No entanto, o grupo dos que aparecem com mais frequência constitui-se principalmente de autores de referência no campo, educadores ou psicólogos ligados às experiências da chamada Escola Nova, (Decroly, Dewey, Claparède, Ferrière, Kilpatrick, por exemplo), além de nomes que se poderiam dizer “emblemáticos” (Freud, Durkheim, Rousseau, Pestalozzi, Kerschensteiner, Montessori, Spencer, Binet, Simon, Piéron) da educação, da psicologia, das humanidades e das ciências sociais. Alguns brasileiros também recebem destaque, como Lourenço Filho, Sud Mennucci, Antonio de Sampaio Dória e Renato Jardim, muito ligados à direção do sistema escolar paulista e da própria revista durante o período, ou ainda como Olavo Bilac, criador da Liga Nacionalista, inspiradora de muitos dos ideais reformistas dos anos 20. Quanto à

nacionalidade dos autores citados, predominam os brasileiros, que totalizam 1/3 das referências. Além deles é importante destacar a concentração de autores de alguns países que apareciam como modelos educacionais a serem seguidos. Desses, podem-se citar, pela ordem de menções: a França, os Estados Unidos, a Suíça, a Bélgica e a Alemanha. Quase sempre ligados, de maneira direta ou indireta, ao movimento da Educação Nova, esses autores e países vão constituir-se num repertório de referências praticamente obrigatórias para aqueles que querem afirmar um discurso e uma ação pedagógica em sintonia com a modernidade, com o avanço, com o progresso.

Na revista *Educação*, as referências a livros também revelam uma dispersão muito grande de fontes, sendo que o primeiro colocado é uma obra de Lourenço Filho, editada no início dos anos 30 e tornada uma referência quase obrigatória para os educadores brasileiros, na época (*Introdução ao estudo da escola nova*). Quando se examinam, no entanto, os títulos citados por autor, pode-se constatar a repetição de um conjunto de nomes que aparece em outros tipos de referências, como Claparède, Ferrière, Binet, Dewey, Piéron, Piaget e Luzuriaga, ligados seja ao movimento da Educação Nova, seja ao campo da psicologia. Em relação aos autores brasileiros, destacam-se nomes como os de Noemy Silveira e Lourenço Filho, incluídos entre os autores que mais publicaram artigos na revista *Educação* nesse período, além de João Toledo, um dos seus primeiros diretores.

Percebe-se, assim, a existência ainda embrionária de um campo especializado em educação nesse primeiro momento. Começa a se formar um grupo de especialistas, que se agrupa em torno de certas ideias, propostas, autores e referências a modelos educativos de circulação internacional. No entanto, há pouca ou praticamente nenhuma autonomia desse setor do campo intelectual, já que quase toda a produção veiculada na revista ou em outros veículos de divulgação se voltava para o atendimento de demandas do aparato institucional que dirigia as políticas educacionais naquele período. Esboça-se um grau relativo de autonomia na medida em que a maioria daqueles intelectuais aderiu e manifestava preferência por uma determinada corrente teórica então muito prestigiada no plano internacional, o chamado movimento da Educação ou Escola Nova.

Iniciativas como a publicação da revista aqui estudada permitiram, entre outras ações, a construção paulatina de uma consciência da especificidade da área. Mas ainda se estava longe de se poder afirmar a existência de um setor especificamente educacional no campo intelectual mais amplo da produção científica no Brasil.

Década de 1980

Na década de 1980, o campo educacional já se encontra mais estruturado que no período anterior, mas ainda era bastante heterônimo em relação ao campo do poder. Com a polarização política e a mobilização de setores organizados da sociedade, incluindo os

intelectuais, em torno das lutas pela redemocratização do país, a escola e a educação eram percebidos mais como campo de luta política do que como esfera de atuação propriamente científica. Os especialistas em educação se entendiam como intelectuais, mas ao mesmo tempo como agentes políticos fortemente engajados.

Constata-se, portanto, uma forte interpenetração entre os campos político e da educação. Mas data desse mesmo momento o início da consolidação da pós-graduação no Brasil, com as ações desenvolvidas pela Capes no sentido de induzir o crescimento e a expansão dos programas de Mestrado e Doutorado por meio do estabelecimento de exigentes critérios de qualidade e de produtividade. Os primeiros programas de pós-graduação em educação são estruturados a partir do final da década de 1970 e em torno dessa criação se reforça o setor de publicações especializadas. Entre 1971 e 1981 surgiram três das mais influentes revistas da época, os *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas; *Educação & Sociedade*, editada pelo Cedes, que congregava diversos docentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação da Unicamp; e a *Revista da ANDE*, publicada por iniciativa da Associação Nacional de Educação, que reunia grande número de pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação da PUC-SP.

O estudo e o exame dessas revistas mostra o conflito entre modelos distintos de publicação da área. As três revistas, *Cadernos de Pesquisa*, *Educação & Sociedade* e *Revista da ANDE*, aparecem ao leitor como expressões distintas de um discurso pedagógico que inclui, como uma de suas idéias centrais, a perspectiva de mudança na educação e de que essa mudança possa contribuir para a transformação da sociedade.

Evidentemente, podem ser encontradas, nessas práticas discursivas, as marcas do momento histórico que então se vivia no Brasil, o chamado período da redemocratização ou da transição política. Mas é claro, também, que algumas dessas marcas acabaram sendo compostas exatamente no âmbito dos embates que se travavam no campo educacional, de que aquelas práticas discursivas são expressão, e que se afirmavam justamente em torno das perspectivas de mudança no ensino e no sistema escolar do país, em especial, na escola pública.

Com base nos textos veiculados nas revistas e nas trajetórias por elas percorridas, é possível apreender matizes diversos da inserção de cada uma delas no campo educacional. Em *Educação & Sociedade* e na *Revista da ANDE* é possível notar a vinculação direta, dos veículos e dos discursos, com os acontecimentos que se davam naquele momento histórico, com a emergência das questões políticas ligadas à redemocratização do país e à organização e atuação dos movimentos sociais populares, em especial aqueles ligados aos problemas educacionais. Aliás, o próprio surgimento dessas duas revistas e das entidades que as dirigem é expressão daquele movimento. Com esse tipo de vinculação, acabam-se compondo

determinadas noções de mudança na sociedade e na escola que incidem, ora sobre as perspectivas de intervenção direta dos educadores nas políticas estatais para o setor escolar, ora sobre a defesa do fortalecimento das organizações representativas da população e dos educadores, para garantir a concretização das mudanças desejadas.

Já nos *Cadernos de Pesquisa*, nota-se uma perspectiva de ação aparentemente alheia aos acontecimentos políticos, voltada para a concretização e a defesa de certos padrões de excelência no setor da pesquisa científica em educação, que seria o caminho mais eficiente e legítimo para a efetivação de mudanças na educação.

Mas é possível traçar outros cruzamentos e alinhamentos entre as três publicações. Nesse sentido, seria possível aproximar a *Revista da ANDE* e os *Cadernos de Pesquisa*, tanto pela circulação de pessoas entre as duas publicações – como autores de artigos, ou participando das equipes responsáveis pelas edições – quanto por certa proximidade de perspectivas em relação à intervenção dos educadores nas mudanças educacionais, que deveriam, nessa ótica, atuar diretamente no aparelho estatal, promovendo reformas. De outro lado, estaria *Educação & Sociedade*, com sua defesa mais clara das estratégias da organização popular, fundada na afirmação da identidade das lutas e dos objetivos de intelectuais, professores e proletários.

Em relação a essa circulação de pessoas, é importante citar a presença de um grupo mais constante: Dermeval Saviani, Elba Siqueira de Sá Barreto, Lia Rosenberg, Teresa Roserley Neubauer da Silva, Maria Laura P. Barbosa Franco, Yara Lúcia Espósito, Luiz Antonio Cunha, Miguel González Arroyo, Sonia Kramer e Carlos Roberto Jamil Cury, que acabam publicando artigos em mais de uma dessas revistas.

Apesar de serem espaços distintos, com características diversas, as três revistas recebem a influência de um pequeno grupo de educadores, quase todos provenientes do programa de pós-graduação da PUC-SP (Saviani, Mello, Rosenberg, Silva, Cury e Cunha). Mesmo levando-se em conta as diferenças de perspectiva dos três periódicos, percebe-se um conjunto de estratégias de ocupação de posições de destaque no campo educacional naquele período, por parte desse pequeno grupo, sendo que parte dessas estratégias parecia passar pela ocupação de espaços nessas revistas, que se tornam poderosos e prestigiosos veículos de divulgação das idéias pedagógicas naquele momento.

Nas três publicações, há uma certa defesa, mais ou menos incisiva, das possibilidades de intervenção na realidade escolar, na busca de mudanças significativas. Nas três revistas, essa defesa se combina, em alguma medida, com a crítica de teorias educacionais provenientes do campo da sociologia, e que apontavam sérios limites para a atuação no sistema escolar dos educadores interessados na transformação da sociedade de classes, em

especial as formulações de Bourdieu e Passeron, Althusser e Baudelot e Establet, que alcançaram razoável repercussão, no Brasil, nos anos 70.

As disposições discursivas, formuladas nas três revistas pesquisadas, expressam diversas estratégias de ocupação do campo educacional no período. Mediante a disputa em torno das melhores maneiras de intervir nos projetos de mudança na educação, procura-se afirmar a legitimidade de cada grupo envolvido. Nesse sentido, podem-se identificar três tipos de investimento estratégico empreendidos nesse período:

- Um que se faz mediante a formulação de uma certa representação do professor – ativo, mobilizado, interessado na mudança, organizado – e da escola – lugar de uma possível mudança rumo à redemocratização do país;
- Outro, que cria uma representação da sociedade brasileira e das lutas que se travavam, calcada na atuação das organizações de base, dos movimentos sindicais – imagem de uma sociedade mobilizada e organizada, pronta a instituir transformações radicais na estrutura sócio-política do país;
- Por fim, uma formulação que investe, de um lado, no prestígio advindo da pesquisa acadêmica na área educacional; de outro, em algumas formas de intervenção prática no sistema escolar, fundamentadas justamente na qualidade científica da pesquisa realizada.

Esse último projeto, expresso com clareza nos *Cadernos de Pesquisa*, resulta vitorioso a longo prazo, na medida em que o campo universitário, cada vez mais, passa a organizar-se de acordo com as necessidades, estruturas, demandas e pressões da pesquisa científica no país, com seus mecanismos de financiamento, carreiras, avaliações etc. O prestígio da pesquisa como fator de organização do campo pode ser notado, por exemplo, na mudança das estratégias adotadas pelo CEDES e por sua revista, *Educação & Sociedade*, que, no início dos anos 90, com a desmobilização ou mudança de perspectivas dos movimentos sociais e das lutas no campo educacional, voltam decididamente seus esforços para a institucionalização da pesquisa científica no âmbito da entidade.

Décadas de 2000

Tendo se instituído o modelo da revista *Cadernos de Pesquisa* como hegemônico, o novo século assiste à proliferação e ao aumento da densidade das publicações na área da educação, processo concomitante à expansão dos programas de Mestrado e Doutorado em Educação por todo o país. Por meio dos seus procedimentos de avaliação da produção desses Programas e com a instituição de um *ranking* das publicações periódicas no país, o chamado Qualis, a Capes conseguiu instituir determinados padrões de produtividade e de excelência acadêmica que dificilmente poderão ser revertidos.

A expressão *campo educacional* recobre definições distintas, com pelo menos duas acepções. Uma que engloba todas as ações, disputas e conflitos de poder em torno das questões da educação. Outra, mais restrita, pretende recobrir o espaço social da universidade e

da produção acadêmica que incide sobre os temas e problemas educacionais. Tomando-se o termo nessa última acepção, pode-se afirmar que, nos dias de hoje, no início da segunda década do século XXI, existe um campo educacional brasileiro estruturado e com relativa autonomia e independência.

Apesar de os historiadores da educação remontam ao final do século XIX as origens mais remotas de um campo intelectual propriamente vinculado às questões educativas no Brasil, pode-se afirmar que somente depois da institucionalização da pós-graduação, nos anos 1960, e da criação de programas especializados em educação, nos anos 1970, é que a produção educacional brasileira no âmbito acadêmico viria a se incrementar. Diversos balanços e análises do crescimento e do desenvolvimento da pós-graduação em educação no Brasil têm sido publicados nos últimos anos. Horta e Moraes (2005), em particular, são demonstram os esforços da área da educação, bem como de outras áreas das ditas ciências da humanidade de impor outros critérios de avaliação, para além da verificação da quantidade de artigos publicados nos veículos mais prestigiados da imprensa periódica especializada. Essa necessidade de questionamento dos critérios utilizados pela Capes na avaliação da produção acadêmica também é discutida, de outra maneira, em Ortiz, 2004.

Nesse conjunto de estudos se percebe que está hoje disseminada a percepção da importância do crescimento da pós-graduação para o incremento da pesquisa no Brasil nas últimas décadas. E a isso se agrega o reconhecimento do papel desempenhado pela Capes nesse processo. Apesar de diversas críticas que ainda são formuladas ao processo, aos mecanismos e aos critérios da avaliação empreendida sobre os programas e os resultados da pós-graduação, indicadores nacionais e internacionais apontam a consolidação das universidades e dos programas de pesquisa científica desenvolvidos no país nas mais diversas áreas do conhecimento.

No caso específico da investigação educacional, reconhece-se o aprofundamento da pesquisa, tanto pela ampliação do número de programas de pós, quanto pelo número de projetos de investigação, grupos de pesquisa cadastrados, ampliação do movimento de internacionalização, incremento das fontes de financiamento e do seu montante etc. Mencionando apenas o número de programas de pós-graduação em educação reconhecidos pela Capes, passou-se de 33 em 1991 para um total de 122 em 2012.

Verifica-se que o campo educacional, no sentido aqui adotado, encontra-se num momento de grande vitalidade e dinamismo. A existência desse grande número de programas de pós-graduação também tem incrementado o movimento editorial, ampliando-se o número de periódicos da área, com a consolidação de alguns desses veículos em escala nacional e até mesmo internacional. Isso se pode verificar pela consulta aos resultados regularmente publicados pelo sistema Qualis, elaborado pela Capes para a avaliação dos periódicos

científicos no Brasil e também dos veículos estrangeiros em que os pesquisadores brasileiros também publicam artigos. O Qualis, apesar das críticas que tem recebido desde a sua implantação, tem-se firmado como um índice de qualidade das publicações que, aos poucos, vem ganhando legitimidade, tornando-se o principal – senão o único – mecanismo de classificação desse tipo de publicação no país. Além disso, como do processo que resulta na avaliação do Qualis, e também de toda a pós-graduação no país, por meio da Capes, participam representantes das diversas áreas do conhecimento, que propõem critérios que pareçam mais adequados a cada área da produção acadêmica, essa legitimidade passa a ser cada vez menos contestada e contestável.

Ao mesmo tempo, o número e a qualidade das publicações, especialmente de artigos nos periódicos especializados de maior prestígio, têm-se tornado os critérios definidores do sucesso e da legitimidade dos agentes do campo universitário em geral e do campo educacional em particular, bem como da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação (Meadows, 1999; Horta e Moraes, 2005; Moreira, 2009). Embora a Capes se valha de um conjunto muito amplo de critérios para a atribuição das notas de mérito no processo trienal de avaliação da pós-graduação no país, o que acaba pesando na definição da excelência acadêmica desses programas.

Um exemplo: as revistas de História da Educação

Como o campo educacional se especializa e como a produção se intensifica, bem como cresce o número de publicações, cobrir toda essa produção se torna uma tarefa cada vez mais difícil e trabalhosa. Para permitir uma amostra das potencialidades oferecidas pelo tipo de pesquisa que ora se desenvolve no âmbito do Grupo de Pesquisa *Pedagogias Multiplicadas: estudos do campo educacional brasileiro e das relações entre mídia e educação*, apresentam-se a seguir alguns resultados que exploram duas publicações especializadas em apenas uma das áreas, a da História da Educação.

Vários autores reconhecem a existência de pelo menos dois grupos bem definidos que ocupam importante espaço nas pesquisas em História da Educação no país, desde os anos 1980, o que registra tanto a ampliação da área de estudos nas últimas décadas no país, quanto o aumento das tensões, lutas e oposições que se expressam na atuação dos agentes do campo. Um desses grupos se articula em torno do GT História da Educação, da ANPED, criado em 1984. Outro surgiu em 1986, com o nome de Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, mais conhecido pela sigla HISTEDBR, sob a influência de Dermeval Saviani e da Universidade Estadual de Campinas (SP), e se pôs, desde a sua fundação, como uma espécie de contraponto à produção do GT da ANPED. Os dois grupos têm divulgado sua produção predominantemente em dois periódicos: a *Revista Brasileira de*

História da Educação, inaugurada em 2001 e a publicação eletrônica *Revista HISTEDBR On-Line*, que circula desde 2000.

A *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) é uma publicação mantida pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), entidade que tem o propósito de congregar os investigadores brasileiros da área. Essa associação foi fundada em 1999, durante a 22ª Reunião Anual da ANPEd, reunindo, no seu ato inaugural, o total de 153 sócios fundadores. Dois anos depois, em 2001, foi lançado o primeiro número da Revista, que circulou com 8 artigos de autores estrangeiros, além de 2 resenhas e 2 notas de leitura, sendo essas as modalidades de textos até hoje publicadas.

A constituição de uma associação científica nacional e de um periódico especializado parece revelar a intenção de emancipar a área dos estudos históricos em educação dessa heteronomia do discurso pedagógico, expressando sua institucionalização mais efetiva no país. É como se os pesquisadores da área demarcassem um território específico, particular, recortado na intersecção entre campos ou subcampos distintos, e que passa a se definir com pretensão de autonomia intelectual, delineando-se, a partir daí, a possibilidade de determinar, entre os pares, objetos, fontes, problemas e questões, opções teóricas e metodológicas e formas de avaliação da qualidade das investigações e de publicação dos seus resultados.

Já a *Revista HISTEDBR On-Line* tem circulado em versão eletrônica desde setembro de 2000 – pouco antes, portanto, do lançamento da *RBHE*. A última edição disponível na rede é o n.59 (2014). Depois de um início um pouco indefinido, em termos da estrutura da revista e da apresentação gráfica – talvez devido à pouca tradição de publicações acadêmicas em modalidade eletrônica nas ciências humanas no Brasil – a *Revista HISTEDBR On-Line* vem assumindo uma forma mais estável e tem conseguido publicar com regularidade próxima da proclamada – trimestral. No n.2 (abr. 2001) já se criava um sumário, que se tornou mais esclarecedor a partir do n.3 (jul. 2001), quando se inaugura uma forma gráfica que permanecerá estável até o n.27 (set.2007). Desde o número seguinte (n.28, dez. 2007) muda o “design” da página inicial, em tons de marrom e bege, que se mantém até agora e outras mudanças foram sendo incrementadas ao longo desses anos.

As seções foram se definindo ao longo da publicação, sendo as mais frequentes: Artigos, Documentos, Resumos de Teses, Resenhas, além de um Editorial. Este último tem cumprido o papel de apresentar e indicar ao leitor o conteúdo daquela edição e o contexto de produção dos textos publicados – em diversos números, aparecem textos apresentados em encontros regionais ou locais dos grupos associados ao HISTEDBR, o que confere, às vezes, aos números iniciais da publicação, um caráter quase de anais desses encontros. Na primeira edição da revista, publicava-se uma advertência que ressaltava a condição prévia para publicar ali:

OBSERVAÇÃO: Serão aceitos somente trabalhos de pesquisadores filiados ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”-HISTEDBR. (*Revista HISTEDBR On-Line*, n.1, 2000; Normas para publicação)

Mais recentemente isso se alterou e a revista vai tentando se adequar aos critérios vigentes no programa Qualis da Capes, que avalia as publicações científicas no país. Com isso, estabeleceu-se um Conselho Editorial e um corpo de pareceristas externos, inclusive com a participação de pesquisadores estrangeiros, nos mesmos moldes que vigem para as outras revistas da área.

Nesse exame exploratório, foram examinados os 10 primeiros números da *RBHE*, publicados entre os anos de 2001 e 2005; e os 11 primeiros números da *Revista HISTEDBR On-Line*, editados entre 2000 e 2003. No primeiro caso foram coletadas informações de um total de 60 artigos, tendo sido excluídas as resenhas e as notas de leitura, bem como alguns poucos artigos que são republicações de textos mais antigos e que foram considerados pelos editores como clássicos da historiografia brasileira da educação. Na análise dos dados obtidos, em algumas situações particulares, considerou-se importante separar os autores brasileiros dos estrangeiros, registrando-se, na *RBHE*, 45 artigos escritos por autores brasileiros, 1 em parceria entre Brasil e Portugal e outros 14 por autores estrangeiros. Já para a *Revista HISTEDBR On-Line*, foram examinadas e coletadas informações de 90 textos de autores brasileiros, publicados apenas na seção Artigos, não se levando em conta o que foi registrado nas outras seções e sob outras modalidades de texto.

Quanto às referências que mobilizam artigos de periódicos, contabilizaram-se na *RBHE* 243 menções. No total dos 60 artigos analisados, os periódicos brasileiros superam largamente os demais, com cerca de 68% das menções, sendo que os originários dos demais países, individualmente, contam com muito poucas referências. Os periódicos franceses totalizam 8,6%, sendo que italianos, norte-americanos, espanhóis, belgas, portugueses, mexicanos e argentinos são os únicos que contabilizam mais de 1 referência.

Nos 45 artigos da *RBHE* escritos exclusivamente por autores brasileiros, foram referidos 47 autores estrangeiros, sendo mais da metade deles autores franceses (53,2% das referências a estrangeiros, 14,4% das referências totais). Em seguida, bem atrás, com apenas 9 menções, vêm autores dos EUA. Já entre os artigos de autores estrangeiros, 37,1% das referências vão para autores franceses, vindo os italianos (12,8%), espanhóis (10%), argentinos (8,6%) e norte-americanos (7,1%) a seguir.

Já na *Revista HISTEDBR On-Line*, foram encontradas apenas 90 menções a artigos de periódicos, sendo 88 publicados em revistas brasileiras e 2 para os quais não há informação. Quanto aos autores desses artigos citados, 83 são brasileiros, 3 portugueses, 1

francês, 1 chileno e 1 alemão. Nota-se que nesta publicação não havia, pelo menos até o número pesquisado, recurso aos periódicos internacionais.

Quanto aos livros, notou-se que eles são as principais referências mobilizadas nas duas publicações estudadas. Nos 60 artigos da *Revista Brasileira de História da Educação*, registram-se 1002 menções de livros, sendo 459 de autores brasileiros, seguidos por autores franceses (215), norte-americanos (76), portugueses (46), do Reino Unido (41), espanhóis (36), italianos (29), mexicanos (28), alemães (23) e argentinos (15).

Já nos 90 artigos da *Revista HISTEDBR On-Line*, foram citados 647 livros, sendo 423 de autores brasileiros. Seguem-se franceses (39), ingleses (32), italianos (29), alemães (19), portugueses (19), norte-americanos (12) e suíços (8), dentre os mais referidos.

Também o local de publicação dos livros mencionados nos artigos pode oferecer informações importantes sobre a circulação desse tipo de impresso nos meios especializados na história da educação no Brasil e os modos de apropriação e de mobilização dessas referências pelos investigadores dessa área de estudos. No caso do mercado editorial local, ele se encontra concentrado em poucos lugares do país, distribuindo-se por um número mais ou menos restrito de editoras, sendo que mais da metade das referências citadas nos artigos estudados provêm de publicações de editoras situadas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Por ora, poucas conclusões podem ser adiantadas, estando o trabalho ainda por se completar. Com base nessas informações preliminares e ainda bastante incompletas e fragmentárias, pode-se reconhecer a existência no campo educacional brasileiro de dois grupos bastante definidos, que disputam hegemonia. Como bem lembra Bourdieu (1974, 1983a, 1983b), reconhecem ambos a relevância do jogo e do que está em jogo nessa disputa, qual seja, o poder de prescrever e nomear, de periodizar e classificar e de definir os parâmetros aceitáveis e “corretos” a balizar a produção científica na área. Essa hegemonia está no momento em aberto e ambos os grupos de agentes disputam verbas e financiamento, bem como prestígio nacional e internacional, descrevendo trajetórias distintas e por meio de estratégias diferentes, que passam pelo controle de algumas posições relevantes: alguns dos programas de pós-graduação mais prestigiados do campo educacional; veículos de divulgação da pesquisa aí desenvolvida – no caso, as duas revistas; controle das associações científicas e de posições de prestígio nos congressos e encontros da área.

No caso do grupo que publica a e na *Revista Brasileira de História da Educação*, algumas das posições centrais são: o GT de História da Educação da ANPED, a presença na edição de algumas revistas (a própria RBHE, mas também outras), o vínculo mais direto com algumas editoras (em particular, a Autêntica, de Belo Horizonte), e a forte inserção em 3 programas de pós: FEUSP, PUC-SP e UFMG.

Já os que se aglutinam em torno da Revista HISTEDBR On-Line desenvolvem uma estratégia de ampla disseminação e enraizamento do grupo de pesquisa em praticamente todos os Estados da federação, criando ramificações e sub-grupos que se expandem cada vez mais. Além da revista e do site institucional do Grupo, há uma forte vinculação com a editora Autores Associados, de Campinas, e uma presença central no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp. O diálogo e o confronto entre os dois grupos ainda é muito incipiente.

Considerações finais

O exame dessas duas revistas da área da História da Educação funciona aqui apenas como exemplo das potencialidades do tipo de fontes e dos procedimentos metodológicos adotados nesse tipo de pesquisa. O projeto que ora se desenvolve tem um escopo mais abrangente e se ocupa, no presente momento, da coleta das informações de todos os artigos veiculados nas seis principais publicações brasileiras da área educacional de acordo com a avaliação do Qualis de 2013 (revistas classificadas como A1): *Cadernos de Pesquisa, Educação & Sociedade, Ensaio, Revista Brasileira de Educação, Educação e Pesquisa, Educação em Revista, Educar em Revista*. Tais revistas são respectivamente editadas por ou vinculadas a: Fundação Carlos Chagas; Cedes – ligado à Unicamp; Fundação Cesgranrio, Anped; Faculdade de Educação da USP; UFMG; UFPR. Encontram-se vinculadas, direta ou indiretamente, portanto, a duas fundações privadas e a quatro dos principais Programas de Pós-Graduação em Educação no país. No presente momento, já se concluiu a catalogação das quatro primeiras publicações e se iniciou a coleta das informações das três restantes.

Cruzando as informações obtidas nas revistas com as obtidas nos Currículos Lattes dos autores que nelas publicam, está sendo possível verificar o funcionamento de algumas propriedades do campo educacional que se incorporam nos agentes do campo e nos modos como eles as mobilizam e as ponderam, com diferentes valorações. Esse conjunto de propriedades permitirá a melhor compreensão das trajetórias descritas pelos agentes, as posições ocupadas, os vínculos e alianças estabelecidos, as redes de filiação e afinidade, os alinhamentos teóricos etc.

Outros tipos de trabalhos que se têm ocupado de analisar a produção veiculada na imprensa periódica especializada na temática educacional aparecem quase sempre como amplos balanços na modalidade de estados da arte. De modo diferente, a investigação ora em desenvolvimento pretende compor um quadro analítico que permita compreender a circulação de referências no campo educacional brasileiro, bem como a constituição das redes de afinidades nesse mesmo campo, por meio da participação dos pesquisadores nacionais nos periódicos mais importantes da área e das relações estabelecidas no âmbito da pós-graduação e nos projetos coletivos de pesquisa que se vêm desenvolvendo nos últimos anos. Isso

permitirá, certamente, entender em muito mais profundidade a atuação dos intelectuais nesse campo, a mobilização e reconversão dos seus vários tipos de capital e as estratégias desenvolvidas nas disputas ora em curso no campo educacional brasileiro.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: —. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- BOURDIEU, P. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: —. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983b.
- CARVALHO, L. M.; CORDEIRO, J. *Brasil-Portugal nos circuitos do discurso pedagógico especializado (1920-1935)*. Lisboa: Educa, 2002 (Cadernos Prestige).
- CARVALHO, M. *Molde nacional e fôrma cívica*. São Paulo, 1989. Doutorado (Educação) – Faculdade de Educação, USP, 1989.
- CATANI, D. (1998) Leituras para professores - a imprensa periódica educacional e a orientação do trabalho pedagógico no Brasil republicano. In: FERNANDES, R.; ADÃO, A. (org.), *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970, Vol. III*, Porto: SPCE.
- CORDEIRO, J. *Falas do novo, figuras da tradição: o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, n.30, p.95-116, set./out./nov./dez. 2005.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ORTIZ, R. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.54, fev. 2004.
- SCHRIEWER, J.; KEINER, E. Communication patterns and intellectual traditions in educational sciences: France and Germany, *Comparative Education Review*, 36 (1), 25-51, 1992.